

# POSSIBILIDADES DE AÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONGRUÊNCIA COM A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

GERUSA FERREIRA LOURENÇO<sup>1</sup>

MARIA FERNANDA BARBOZA CID<sup>2</sup>

## RESUMO

Com o advento da proposta de educação inclusiva, a atuação do terapeuta ocupacional tem se tornado cada vez mais constante junto ao sistema educacional. De forma a entender e a contribuir com a produção teórica de como tem ocorrido essa prática no país, este trabalho tem como objetivo destacar as possibilidades de intervenção junto à educação infantil principalmente voltada para a prevenção primária e promoção do desenvolvimento infantil e discutir o quanto essa prática está sim em consonância com os preceitos da educação inclusiva. Desse modo, uma contextualização é realizada com uma apresentação sobre a educação inclusiva, a atuação do terapeuta ocupacional nos sistemas educacionais com foco na promoção do desenvolvimento, e a estrutura da educação infantil. Para embasar essa discussão, foi realizada uma busca por exemplos de atuação do terapeuta ocupacional no contexto da educação infantil nos principais veículos de publicação da área no país. Seis estudos são apresentados como exemplos de prática, a partir dos quais se conclui que a intervenção do terapeuta ocupacional está preocupada em garantir condições de desenvolvimento pleno de todos os alunos, independente da presença de alunos com deficiências mais severas, e que esse novo caminho deve fazer parte do processo de formação inicial em terapia ocupacional.

**Palavras-chave:** terapia ocupacional, educação infantil, educação inclusiva.

---

<sup>1</sup> Terapeuta ocupacional e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial na UFSCar. Endereço eletrônico: gerusalourenco@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar.

# POSSIBILITIES OF OCCUPATIONAL THERAPY ACTION IN EARLY CHILDREN EDUCATION: CONGRUENCE WITH THE INCLUSIVE EDUCATION PROPOSAL

## ABSTRACT

With the advent of the inclusive education proposal, the occupational therapist action has become more and more constant to the educational system. In order to understand and to contribute with the theoretical production about this practice in our country, this paper aims to highlight the possibilities of intervention on child education, mainly focusing at primary prevention and promotion of child development and discussing how this practice is lined up with the inclusive education requirements. For this, a theoretical contextualization has been carried out on inclusive education, also on the action of occupational therapist in the educational system focusing the developmental promotion and the structure of child education. To support this discussion, a literature search, in special and technical publications, was done looking for examples of occupational therapists actions in the context of child education. Six studies are presented as practical examples. Analyzing these examples, it was concluded that the occupational therapist intervention is concerned to ensure global development to all students, regardless the presence of students with disabilities, and that this new area should be part of the process of early training in an occupational therapy curriculum.

**Keywords:** occupational therapy, kindergarten, inclusive education.

## A PROPOSTA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Vindo de um movimento mundial bastante amplo denominado Inclusão Social, a Educação Inclusiva ganha destaque no país a partir do final da década de 1980, quando na Constituição Brasileira de 1988 promulga-se que a educação é um direito de todos, que se alinha à pressão do movimento internacional sobre o direito de todos à educação de qualidade e, principalmente, à construção de um processo no qual as pessoas excluídas e a sociedade buscam efetivar a equiparação de oportunidades para todos (MENDES, 2002). Assim, a partir da década de 1990, o país ganha politicamente direcionamentos para promover uma escola realmente democrática e que assegure um ambiente de educação

e desenvolvimento pleno a todos os seus alunos (FERREIRA, 2006).

Nesse modelo, o eixo principal de modificações está na escola, que deverá se reestruturar para a oferta e garantia da educação de qualidade para a diversidade do alunado e demandas presentes em seu universo, com reformulações de práticas e formas de ensino (MENDES, 2006).

Avança-se para uma atuação para além dos alunos tidos como os da educação especial, com deficiência, para aqueles que, em algum momento de sua vida, apresentem necessidades educacionais especiais, advindas de fatores biológicos e/ou sociais. Com isso,

reconhecemos na educação inclusiva as ações que devem vir também no sentido preventivo.

Assim, para este trabalho, adotamos a educação inclusiva como proposta, como compromisso que vai prover meios para o desenvolvimento pleno de todos, avançando em relação à simples colocação do aluno no ensino regular e ao trabalho muitas vezes individualizado às suas demandas educacionais específicas.

No entanto, quando falamos em reestruturação da escola, muitos autores no Brasil como Mendes (2002) e Mazzotta (1996), já relataram o quanto esse processo é lento e complexo, uma vez que requer modificações de caráter cultural, político e econômico.

Apesar das inúmeras dificuldades, como capacitação dos professores, reformulação de serviços, fornecimento de infraestrutura, parece que alguns municípios realmente estão fazendo esforços em busca de uma educação de qualidade para todos, inclusive com a sistematização de serviços desde os anos iniciais de escolarização no sentido preventivo até para o atendimento mais eficiente aos alunos com deficiências mais severas, atendimento este realizado muitas vezes com a participação de equipes multidisciplinares.

Sobre a participação do terapeuta ocupacional, a educação inclusiva, especificamente, tem se constituído como um campo em avanço no país. Estudos como o de Toyoda e colaboradores (2007), Toyoda e Lourenço e (2008) e Cardoso (2009) têm se interessado em descrever como é a prática do terapeuta ocupacional nessa perspectiva, uma vez que, diferentemente da intervenção pautada somente no aluno, no “paciente”, para a educação inclusiva é necessário que essa intervenção seja ampliada para a escola, professores, colegas e família.

## **A TERAPIA OCUPACIONAL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A atuação desse profissional especificamente junto a

alunos com necessidades educacionais especiais já era incentivada por veículos como o *Journal of Occupational Therapy* em meados da década de 1970 (TOYODA; LOURENÇO, 2008). Segundo Rocha (2007), a inserção do terapeuta ocupacional na educação inclusiva no país se deu por meio da atuação direta com a Educação Especial, em escolas e classes especiais dirigidas a populações específicas, muitas vezes como uma extensão do atendimento oferecido em serviços de reabilitação. Com o advento da proposta de educação inclusiva, o terapeuta ocupacional teve que redirecionar o seu contexto e forma de trabalho para além de uma visão meramente reabilitacional.

A inserção e o suporte de profissionais da área da saúde na educação inclusiva estão presentes em documentos legais como a Resolução nº 2 de 2001, quando se refere ao papel dos demais profissionais em congruência com a escola inclusiva, como também na recente Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

No entanto, cabe ressaltar que essa intervenção também está prevista em serviços de educação infantil, considerando a transversalidade da educação inclusiva, que prevê ações durante todo o período escolar. Nessa perspectiva, considerando que “*A Educação Especial visa o atendimento e a promoção do desenvolvimento de indivíduos que não se beneficiam significativamente de situações tradicionais de educação, por limites ou peculiaridades de diferentes naturezas*” (MARTINEZ, 2007), aponta-se que uma das questões tratadas pela educação especial, refere-se aos aspectos de promoção e prevenção de possíveis problemas que tais indivíduos possam vir a ter – trata-se de uma ação prioritária da educação especial, que toma como base os conceitos de risco e proteção. Nessa direção, Nunes (1995) afirma que ações preventivas de atrasos e distúrbios do desenvolvimento podem acontecer em três níveis: primário, secundário e terciário.

Na prevenção primária, o objetivo é diminuir a incidência de determinados agravos à saúde na população por meio da identificação, remoção ou redução dos fatores de risco que produzem tais condições. São três os locais por excelência da prevenção primária: a maternidade, o posto de saúde e as instituições de educação infantil (NUNES, 1995).

A prevenção secundária acontece após a constatação da condição de excepcionalidade. Visa reduzir sua duração e amenizar sua gravidade – impedir que a doença se instale ou se agrave (NUNES, 1995). São exemplos: orientações familiares, ações dos centros de diagnóstico e tratamento das crianças de alto risco e risco comprovado, programas de educação da comunidade, escolas de educação infantil e intervenção precoce.

Por fim, a prevenção terciária procura reduzir as sequelas ou efeitos associados à condição de excepcionalidade, a partir de ações que visem maximizar o potencial de vida independente (RUAS, 2006; MARTINEZ, 2007).

No entanto, para a implementação de medidas preventivas em educação especial, torna-se fundamental o conhecimento e a identificação dos fatores de risco e proteção ao desenvolvimento, que serão brevemente conceituados a seguir.

Hutz (2005) aponta que os fatores de risco estão relacionados a todo tipo de eventos negativos de vida e que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais.

De acordo com Halpern e Figueiras (2004), o desenvolvimento infantil é determinado por características pessoais do indivíduo – físicas e mentais – e pelo ambiente social em que ele vive, de forma que ameaças diretas ao desenvolvimento podem ocorrer como consequência de problemas genéticos e biológicos adquiridos e também pela presença de adversidades

ambientais. Assim, a manifestação dos fatores de risco no desenvolvimento infantil pode estar associada às questões biológicas, à continuidade direta ou indireta de adversidades ambientais e a processos cognitivos. Portanto os resultados negativos no desenvolvimento são produzidos pela combinação de fatores de risco genéticos, biológicos, psicológicos e ambientais, geralmente envolvendo interações complexas entre eles.

Paralelamente aos fatores de risco a que estão submetidas as crianças, têm-se os fatores de proteção, que podem ser entendidos como recursos pessoais ou sociais que amenizam ou inibem o impacto do risco (GREENBERG *et al*, 2001). Os fatores de proteção podem atuar favorecendo o desenvolvimento humano, quando este está sendo ameaçado pela exposição ao risco e podem ser identificados e ativados na situação de risco. Podem não ter efeito na ausência de um estressor, pois sua função é modificar a resposta do indivíduo em situações adversas, mais do que favorecer diretamente o desenvolvimento (GREENBERG *et al*, 2001).

Nessa direção, no que se refere às possibilidades de intervenção preventiva em educação especial, considera-se a Terapia Ocupacional como uma especialidade a ser explorada, na medida em que crianças e adolescentes que apresentem ou possam apresentar dificuldades relativas a seu desenvolvimento – sejam elas de ordem orgânica, emocional e/ou social – constituem uma das populações foco desta profissão (MOTTA; TAKATORI, 2001)

A partir de uma revisão em publicações nacionais, Toyoda e Lourenço (2008) concluem que a intervenção do terapeuta ocupacional na inclusão escolar tem sido realizada e relatada no país a partir de atuações em serviços especializados, na forma de consultoria, em cargos de gestão, diretamente como colaboradores dos professores e também dos próprios alunos, principalmente nos anos de ensino fundamental.

Seguindo esse interesse em saber como ocorre a atuação do terapeuta ocupacional na escola, com destaque para a educação infantil, esse trabalho tem como intuito apresentar algumas considerações sobre as possibilidades de atuação do terapeuta ocupacional nos anos iniciais da escolarização de crianças, com foco na educação infantil, discutindo como essa prática pode ser condizente com os pressupostos da educação inclusiva.

### **O ESPAÇO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO PAÍS: DIRETRIZES OFICIAIS PARA O OFERECIMENTO DO SERVIÇO**

De forma a contextualizar a atuação do terapeuta ocupacional na educação infantil, torna-se necessário que entendamos de forma rápida como está estruturado esse nível de educação no país.

De acordo com o documento publicado pelo MEC, mais especificamente pela Secretaria de Educação Básica, em 2009, que trata das orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias e filantrópicas sem fins lucrativos, a educação infantil é a primeira etapa da educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, coloca que a educação infantil “*tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade*” (BRASIL, 1996, cap. 2, art. 29). Este documento, segundo o qual o tratamento dispensado às crianças no nível da educação infantil deve ser integral, considerando todos os aspectos do desenvolvimento, aponta para a indissociabilidade de educar e cuidar no atendimento às crianças. Como dever do Estado, esta modalidade de Educação é ofertada em instituições próprias – creches (de zero a três anos) e pré-escolas (de quatro a seis anos) em horário integral e/ou parcial – a partir de práticas pedagógicas cotidianas,

planejadas e sistematizadas em um projeto pedagógico construído com a participação da comunidade escolar e não-escolar e desenvolvido por professores habilitados (com curso superior).

Por determinação do artigo 205 da Constituição Federal, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. O artigo 208 estabelece que esse direito deve ser efetivado por meio da garantia de diferentes níveis e etapas educacionais, dentre as quais a educação infantil, ofertada em creches e pré-escolas às crianças de até seis anos de idade.

Aponta, também, que a educação infantil é um direito da criança e das famílias (BRASIL, 1988, art. 208, inciso IV). O poder público municipal tem o dever de garantir o atendimento em creches e pré-escolas, quando a família opta por compartilhar com o Estado o dever de educar seus filhos.

Ainda de acordo com o documento publicado pelo MEC, os critérios e exigências que apoiam o funcionamento das instituições de educação infantil são: formação dos professores; espaços físicos, incluindo parâmetros para assegurar higiene, segurança e conforto; número de crianças por professor; proposta pedagógica; gestão dos estabelecimentos; documentação exigida; observação de leis e normas municipais, estaduais e federais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.

Fica claro que a população de zero a seis anos é a demanda potencial da educação infantil, considerando-se que a matrícula nessa etapa da educação básica não é obrigatória e a família pode optar por outras formas, estratégias e arranjos para educar e criar seus filhos pequenos.

A educação infantil é um direito humano e social de todas as crianças até seis anos de idade, sem nenhuma distinção decorrente de origem geográfica, caracteres do fenótipo da etnia, nacionalidade, sexo, de deficiência

física ou mental, nível socioeconômico ou classe social (BRASIL/MEC, 2009). Além disso, não está ligada à situação trabalhista dos pais, bem como ao nível de instrução, religião, opinião política ou orientação sexual.

Assim, entendemos como educação infantil um espaço potencial capaz de prover os mecanismos que garantam o desenvolvimento em todas as suas esferas, independente das necessidades específicas de cada criança. Um espaço onde a promoção do desenvolvimento é seu cerne condutor.

### **RELATOS DE INTERVENÇÃO DO TERAPEUTA OCUPACIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO PLENO**

Para exemplificar a possível atuação do terapeuta ocupacional na educação infantil, foi realizada uma busca, em publicações nacionais e anais dos principais congressos de terapia ocupacional, por narrativas de intervenções realizadas. É importante afirmar que não foi objetivo dessa busca esgotar todos os possíveis relatos existentes, uma vez que não era necessário para o objetivo do trabalho e não se tratava de uma meta-análise. Assim, foram buscados textos nas seguintes publicações: Revista de Terapia Ocupacional da USP, Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, Anais do IX Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional, Anais do X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional e Anais do XI Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional (Quadro I). Os descritores utilizados foram: educação, educação especial, inclusão escolar, educação inclusiva, escola, aluno, educação infantil, professor, prática educativa, contexto escolar e contexto educacional.

Quadro 1

<i>Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar</i>	<i>Revista de Terapia Ocupacional da USP</i>	<i>Anais do Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional</i>
Volumes:	Volumes:	
vol. 1 n. 01	vol. 1 n. 02	Anais do IX CBTO – Recife 2005
vol. 1 n. 02	vol. 2 n. 01	Anais do X CBTO – Goiânia 2007
vol. 2 n. 01	vol. 2 n. 02-03	Anais do XI CBTO – Fortaleza 2009
vol. 2 n. 02	vol. 3 n. 01-02	
vol. 3 n. 01	vol. 4-7	
vol. 3 n. 02	vol. 8 n. 01	
vol. 4 n. 01-02	vol. 8 n. 02-03	
vol. 5 n. 01	vol. 9 n. 01	
vol. 5 n. 02	vol. 9 n. 02	
vol. 6 n. 01	vol. 9 n. 03	
vol. 6 n. 02	vol. 10 n. 01	
vol. 7 n. 01	vol. 10 n. 02-03	
vol. 7 n. 02	vol. 11 n. 01	
vol. 8 n. 01	vol. 11 n. 02-03	
vol. 8 n. 02	vol. 12 n. 01-03	
vol. 9 n. 01	vol. 13 n. 01	
vol. 9 n. 02	vol. 13 n. 02	
vol. 10 n. 01	vol. 13 n. 03	
vol. 10 n. 02	vol. 14 n. 01	
vol. 11 n. 01	vol. 15 n. 01	
vol. 11 n. 02	vol. 16 n. 01	
vol. 12 n. 01	vol. 16 n. 02	
vol. 12 n. 02	vol. 16 n. 03	
vol. 13 n. 01	vol. 17 n. 01	
vol. 13 n. 02	vol. 17 n. 02	
vol. 14 n. 01	vol. 17 n. 03	
vol. 14 n. 02	vol. 18 n. 01	
vol. 15 n. 01	vol. 18 n. 02	
vol. 15 n. 02		
vol. 16 n. 01		
vol. 16 n. 02		
vol. 17 n. 01		

Depois de localizados, todos os textos foram lidos na íntegra. Em seguida, foi feita uma seleção entre eles a partir do critério de que deveriam ser um relato de intervenção da Terapia Ocupacional no contexto da educação infantil. Considerado esse requisito, destacamos aqui seis estudos encontrados. Vale ressaltar que em todas as publicações buscadas foram localizados estudos e relatos de pesquisa sobre a atuação do terapeuta ocupacional na educação e na educação infantil, o que indica um possível aumento pelo interesse nessa área de atuação.

O estudo de Martínez e Neófiti (2007) teve como interesse a atuação do terapeuta ocupacional na educação infantil, mais precisamente em creches, quanto

à capacitação de educadores para a promoção do desenvolvimento infantil. Para tanto, um questionário foi formulado e aplicado junto a terapeutas ocupacionais docentes de universidade públicas e privadas. Os resultados obtidos indicaram que a formação de educadores de creche tem se constituído em grande interesse desses docentes, tendo em vista a necessidade de formação dos educadores. Todos afirmaram a importância de uma atuação em parceria com esses profissionais quando se visa a uma mudança real de prática cotidiana com as crianças.

Carrasco (2005) teve como objetivo relatar algumas possibilidades de intervenção do terapeuta ocupacional na educação infantil, em especial, no espaço de uma

creche com crianças de 0 a 2 anos de idade. O foco da intervenção foi o ambiente do berçário em si, como local de desenvolvimento e educação, as crianças e suas interações consigo mesmas, com as educadoras e com os colegas, e as educadoras enquanto promotoras do desenvolvimento infantil. Para essa intervenção, o terapeuta ocupacional frequentou a creche durante cinco meses, podendo coletar dados e atuar diretamente em sua rotina diária, por meio de um programa de formação com as educadoras. Essa atuação permitiu modificações importantes no ambiente e também na forma de trabalho dessas educadoras, reforçando a contribuição deste profissional no ambiente da educação infantil.

Com foco em alunos entre cinco e seis anos de idade, Jurdi, Brunello e Honda (2004) descrevem uma atuação do terapeuta ocupacional em parceria com uma escola de educação infantil, para o trabalho de reflexão junto aos profissionais e educadores, com propostas de intervenções específicas diretamente com os alunos, com e sem necessidades educacionais especiais.

Silva, Lima e Nóbrega (2005) relatam a experiência de duas alunas do curso de terapia ocupacional junto a uma creche municipal de Recife-PE, com intervenções voltadas à avaliação psicomotora de alguns alunos, orientações aos professores sobre como trabalhar com as atividades de vida diária de forma mais educativa, como promover a maior participação em atividades de cunho artístico e, por fim, compreender a temática da agressividade dos alunos. As autoras concluem que essa intervenção trouxe resultados positivos principalmente ao revelar à professora a importância em se trabalhar preventivamente quanto aos fatores desencadeantes de agressividade. Além disso, reafirmaram a grande contribuição que o terapeuta ocupacional pode oferecer nesse espaço.

Araújo (2005) narra a intervenção realizada pelo terapeuta ocupacional no acompanhamento do processo educacional de crianças cegas e com baixa visão

atendidas no Centro de Intervenção Precoce do Instituto de Cegos da Bahia junto às escolas de educação infantil e creches. A atuação ocorre de forma itinerante com a escola e com a família, no oferecimento de suporte técnico-pedagógico e apoio para o real desenvolvimento das crianças, além da promoção de formação dos professores e de todos os envolvidos sobre essa temática.

Matsukura e Cid (2007) desenvolveram uma intervenção em terapia ocupacional com enfoque na promoção do desenvolvimento infantil, a partir de um trabalho junto a professores da educação infantil e do ensino fundamental de uma cidade de médio porte do interior do Estado de São Paulo, com o objetivo de fornecer subsídios teóricos e práticos sobre os temas: Família, Desenvolvimento infantil, O papel da escola e do educador, dentre outros e sensibilizar os professores para a importância da aproximação escola-família, visando ao desenvolvimento saudável.

Em todos os estudos apresentados, o terapeuta ocupacional tem como alvo final a promoção do desenvolvimento infantil dentro do sistema educacional, seja pela atuação direta com a criança, seja por meio de capacitação dos educadores. Para tanto, reforça-se a necessidade de o terapeuta ocupacional visualizar a escola dentro de um sistema bastante dinâmico, no qual se torna necessário refletir constantemente sobre sua prática junto à diversidade encontrada.

Além disso, a partir da análise dos estudos acima, é possível observar o quanto o ambiente da educação infantil pode ser um alvo de intervenções de prevenção e promoção da saúde e educação bastante produtivas e efetivas, na medida em que propicia aos atores envolvidos – crianças pequenas, equipe de trabalho e famílias – melhores condições de desenvolvimento e maior qualidade de vida, independentemente da presença ou não de uma condição especial.

## **TERAPIA OCUPACIONAL, EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Para Bartalotti e De Carlo (2001) as características da própria profissão da terapia ocupacional, como o conhecimento sobre o desenvolvimento humano, o foco sobre a ação e desempenho ocupacional e a preocupação com as relações socioculturais, tornam o terapeuta ocupacional um profissional capacitado para estar presente e fornecer apoio ao processo educacional.

Nessa direção e considerando o que foi até aqui exposto, acreditamos que o profissional terapeuta ocupacional muito pode contribuir no processo de educação inclusiva junto às instituições de educação infantil, desenvolvendo intervenções preventivas e de promoção do desenvolvimento, bem como tem condições de atuar de forma mais direta com crianças alvo da educação especial, a partir de intervenções mais específicas e de parcerias com a equipe de profissionais da instituição.

Assim, reconhecemos que há congruência na atuação do terapeuta ocupacional quanto à proposta da educação inclusiva, principalmente com a perspectiva de atuação para promover o desenvolvimento e o aprendizado de TODOS os alunos com a participação e preocupação em contribuir para a formação dos profissionais e da comunidade escolar, com reestruturação do ambiente. Pode oferecer apoio com adaptações específicas necessárias aos alunos, pois, mesmo quando ele é chamado à escola para atuar diretamente com um aluno com deficiência, mantém o foco no papel social da escola e na necessidade de oferecer todos os meios possíveis para a educação adequada de todos.

Ou seja, o profissional tem condições de moldar sua prática e intervir junto ao sistema escolar, desde instituições de educação infantil, de forma diferenciada do que realiza em clínica, principalmente com atuação preventiva e em colaboração com outros profissionais. Acreditamos ser esta a chave para que o terapeuta ocupacional realmente

obtenha sucesso nesse novo ambiente, como já apontavam Rocha, Castiglioni e Vieira (2001),

Por fim, essa prática, muitas vezes advinda do interesse do próprio profissional, parece fornecer alternativas de melhoria tanto do serviço de educação infantil como também para o estabelecimento de uma nova área de atuação profissional que, com certeza, deverá ser abordada nos cursos de formação. Nesse sentido, autores como Rocha (2007) e Toyoda (2007) remetem à importância de os profissionais, ainda no processo de formação inicial, terem contato com as questões referentes à educação inclusiva, principalmente quanto às possibilidades de atuação a partir da educação infantil. Apontamos que esta questão – referente à formação do profissional terapeuta ocupacional – continue sendo discutida e investigada, e que mais estudos abordem a prática do profissional terapeuta ocupacional nas instituições de educação infantil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, S. C. Tecendo Saberes: a atuação do terapeuta ocupacional na inclusão de crianças com deficiência visual na rede regular de ensino. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, IX, 2005, Recife. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional Recife*, 2005. CD-ROM.

BARTALOTTI, C.C.; DE CARLO, M.M.R.P. Terapia Ocupacional e os processos socioeducacionais. In: DE CARLO, M.M.R.P; BARTALOTTI, C.C. (Org.) *Terapia Ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus, 2001, p.99-116.

BRASIL. *Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil*. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2009.

- BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9394. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CNE/CEB 2/2001*. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação e Cultura, 2008.
- CARDOSO, P. T. *Inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais: práticas e perspectivas de terapeutas ocupacionais*. 2009. 179 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP.
- CARRASCO, B. G. Retrato de uma creche: possibilidades da atuação da terapia ocupacional na educação infantil (0-2 anos). *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 13, n. 2, p.117-121, 2005.
- FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.) *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006, p. 85-113.
- GREENBERG, M. T.; DOMITROVICH, C.; BUMBARGER, B. The Prevention of Mental Disorders in school-aged children: current state of the field. *Prevention & Treatment*, v. 4, n. 1, p.1-61, 2001.
- HALPERN, R.; FIGUEIRAS, A.C.M. Influências ambientais na saúde mental da criança. *Jornal de Pediatria*, v. 80, n. 2, p. 104-110, 2004.
- HUTZ, C.S. (Org.) *Violência e risco na infância e adolescência: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- JURDI, A.P.S., BRUNELLO, M.I.B.; HONDA, M. Terapia Ocupacional e propostas de intervenção na rede pública de ensino. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 15, n. 1, p.26-32, 2004.
- MARTINEZ, A. P. O papel da Educação Especial nas creches: da prevenção à estimulação com atividades de livre escolha. *Psicologia.com.pt: o portal dos psicólogos*. Disponível em: [http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver\\_artigo.php?codigo=A0333](http://www.psicologia.com.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0333). Acesso em: 02 jul 2009.
- MARTINEZ; C. M. S.; NEÓFITI, C. Contribuições da terapia ocupacional no processo de capacitação de educadores de bebês em creches. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 15, n. 1, p. 55-68, 2007.
- MATSUKURA, T. S.; CID, M. F. B. Intervenção junto a professores do ensino público municipal: abordando os papéis da família e escola no desenvolvimento infantil e viabilizando ações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, X, 2007, Goiânia. *Anais do X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*. Goiânia: Kelps/UCG, 2007. CD-ROM.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortês, 1996.
- MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva. In PALHARES, M. S.; MARINS, S. *Escola inclusiva*. São Carlos: Edufscar, 2002, p. 61-86.
- MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 13, p. 387-404, 2006.

- MOTTA, M. P.; TAKATORI, M. A assistência em Terapia Ocupacional sob a perspectiva do desenvolvimento da criança. In: DE CARLO, M. M. R.; BARTALOTTI C. C. *Terapia ocupacional no Brasil: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Plexus, 2001, p 117-135.
- NUNES, L. R. O. P. *Educação precoce para bebês de risco*. In: RANGE, B. (Org.) *Psicoterapia comportamental e cognitiva*. Campinas: Psy, 1995, p. 121-132.
- ROCHA, E. F. Terapia Ocupacional e a inclusão escolar de pessoas com deficiência: Possibilidades e desafios. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, X, 2007, Goiânia. *Anais do X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*. Goiânia: Kelps/UCG, 2007. CD-ROM.
- ROCHA, E. F.; CASTIGLIONI, M. C.; VIEIRA, R. C. A inclusão de crianças com deficiência na escola comum: reflexões sobre o papel da Terapia Ocupacional. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, v. 12, n. 1/3, p. 8-14, 2001.
- RUAS, T. C. B. *Avaliação do comportamento visuomotor de lactentes nascidos pré-termo durante o primeiro trimestre de vida: medida para proteção da saúde ocular*. 2006. 148 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- SILVA, S. N. M.; LIMA, C. G.; NÓBREGA, K. B. G. Intervenção da terapia ocupacional em saúde da criança numa creche municipal do Recife. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, IX, 2005, Recife. *Anais do IX Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional Recife*. 2005. CD-ROM.
- TOYODA, C.Y. Novos paradigmas do terapeuta ocupacional face às novas demandas educacionais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, X, 2007, Goiânia. *Anais do X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional*. Goiânia: Kelps/UCG, 2007. CD-ROM.
- TOYODA, C. Y.; LOURENÇO, G. F. Educação inclusiva: o contexto da terapia ocupacional. In: ALMEIDA, M. A.; MENDES, E. G; HAYASHI, M. C. P. I. *Temas em Educação Especial: múltiplos olhares*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES – PROESP, 2008, p. 44-52.
- TOYODA, C. Y., MENDES, E. G., LOURENÇO, G. F., AKASHI, L. T. O contexto multidisciplinar da prática da terapia ocupacional frente o paradigma da inclusão escolar. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v.15, p.121-130, 2007.

Recebido: 07/08/2009

1ª revisão: 10/12/2009

Aceite final: 24/02/2010